Formas da persuasão e manifestação das ideologias no noticiário da mídia impressa paulista sobre as eleições

Forms of persuasion and manifestation of ideologies in news print media on elections in São Paulo

Fábio Fernando Lima

Universidade de São Paulo (USP), Brasil
fabiof@usp.br

Resumo: Neste artigo, buscaremos apresentar os resultados de um estudo que se propõe a investigar, analisar e descrever as estruturas responsáveis pelo estabelecimento das relações interpessoais e as intersecções destas com a persuasão no noticiário dos jornais paulistas desde o final do século XIX até o início do século XXI, estabelecendo, como recorte, as publicações relacionadas à temática das eleições e observando, nesse contexto, a manifestação de ideologias e a busca pelo estabelecimento de determinados consensos.

Palavras-chave: persuasão, relações interpessoais, Análise Crítica do Discurso.

Abstract: This article presents the results of a research aimed at investigating, analyzing and describing the structures responsible for the establishment of interpersonal relationships and their connections with persuasion in São Paulo newspapers from the 19th century to the early 21st century. Publications related to the theme of elections were used in order to establish a particular approach. The manifestation of ideologies and the quest for the establishment of certain consensus were observed in this context.

Keywords: persuasion, interpersonal relationships, Critical Discourse Analysis.

1 Introdução

Foi apenas recentemente, com o final da ditadura militar (1964-1985) e a redemocratização, que os jornais paulistas de maior circulação passaram a assumir, como premissas para suas linhas editoriais, a busca por um “jornalismo crítico”, “apartidário” e “pluralista”¹. Isso porque, desde os seus primórdios e muito antes do engajamento com a luta pelas eleições diretas, tais veículos estiveram fortemente aliados a determinados partidos políticos.

No entanto, apesar do discurso consensual, adotado pelas mídias contemporâneas, a propósito da necessidade de uma cobertura imparcial dos fatos, partimos do princípio de que essa tarefa esbarra nas próprias condições de produção do texto. Isso porque, de acordo com as perspectivas interacionistas de estudos da linguagem – tais como a Linguística Textual, a Análise da Conversação ou, mais recentemente, a Análise Crítica do Discurso – vertente teórica que fundamenta esta pesquisa – os sentidos não são dados *a priori*, mas construídos por indivíduos ou grupos que, enquanto sujeitos sócio-históricos, elaboram e interagem com textos produzidos a partir de contingências atreladas a estruturas e processos sociais, os quais tomam parte.

Nessa perspectiva, o jornalista escreve tanto como representante profissional de determinada instituição de comunicação quanto como membro de um determinado grupo social, postura esta que, conforme assinala Van Dijk (2008), molda suas cognições sociais, suas ideologias e, por conseguinte, o processamento de informações acerca do fato a ser noticiado.

Para Charaudeau (2006: 221), “a reportagem jornalística trata de um fenômeno social ou político, tentando explicá-lo”. Nesse processo, espera-se sempre do jornalista uma reportagem que esteja mais próximo possível da realidade do fenômeno e, ao mesmo tempo, “que demonstre imparcialidade, isto é, que sua maneira de perguntar e de tratar as respostas não seja influenciada por seu engajamento, por se tratar de um jornalista” (222). No entanto, o autor assinala ser essa tarefa um tanto impossível, na medida em que toda construção de sentido depende de um ponto de vista particular. Assim, segundo o autor, a parcialidade faz-se inclusive necessária, uma vez que todo procedimento de análise implica tomada de posição.

De acordo com Charaudeau (*op. cit.*) a mídia, de modo geral, transforma um acontecimento em notícia interpretada por um jornalista que organiza seu discurso de acordo com o público-alvo do jornal em que trabalha. Esse

¹Cf. Folha de São Paulo. Projeto Editorial 1985-1986. Novos rumos: Depois da redemocratização. Julho de 1985.

discurso, muitas vezes camuflado por meio de diversas estratégias, corresponde à possibilidade de se propagar uma crença, legitimando assim o poder dos grupos dominantes.

Essa posição, que confere ao jornalista um lugar de destaque nas estruturas de poder ideológico da sociedade moderna, encontra respaldo em Bourdieu (1991). Para o autor, os jornalistas pertencem às chamadas “elites simbólicas”, detentoras do “capital simbólico” e responsáveis pelo controle dos modos de produção e articulação da fala e escrita públicas. Por possuírem relativa liberdade, detêm relativo poder para tomar decisões sobre gêneros textuais dentro de seu domínio de poder e determinar tópicos, estilo ou forma de apresentação de um discurso.

Conforme destaca Van Dijk (2008), esse poder simbólico não se limita à articulação em si, mas inclui a maneira de influenciar, haja vista que podem determinar a agenda da discussão pública, a relevância dos tópicos e controlar quantidade e tipo de informação, especialmente no que diz respeito a quais grupos devem ganhar espaço público e de que maneira. São eles “os fabricantes do conhecimento, dos padrões morais, das crenças, das atitudes, das normas, das ideologias e dos valores públicos. Portanto, seu poder simbólico é também uma forma de poder ideológico”² (45). Concebendo o discurso enquanto forma de ação social, o autor destaca que, nos meios de comunicação jornalísticos, o controle não é exercido, especificamente, por discursos que possuem funções pragmáticas diretivas, mas, sobretudo, pela via persuasiva, mediante diversos mecanismos retóricos que tendem a influenciar as ações futuras dos receptores. Dessa maneira, ao invés de se prescrever o que devem fazer, “eles argumentam, oferecendo justificativas econômicas, políticas, sociais e morais, e administrando o controle das informações relevantes” (53).

² Partindo desse princípio, o autor considera crucial examinar “quem, e por meio de quais processos, controla os meios ou as instituições da (re)produção ideológica, tais como os meios de comunicação” (VAN DIJK, 2008: 48). Assim, apresenta como tarefa para a análise discursiva mostrar que o discurso de instituições e grupos de poder é a prática essencial capaz de mediar tais crenças, cabendo à análise explicitar as estruturas, estratégias e processos do discurso e de seu papel específico na reprodução das ideologias.

2 A opção pela Análise Crítica do Discurso

Apesar de os textos produzidos no jornalismo impresso terem sido amplamente analisados em correntes diversas da Linguística, tal como a Análise do Discurso de Linha Francesa, o espectro que reserva como objetivo central a abordagem e descrição das maneiras pelas quais o poder e o controle ideológico são manifestos na linguagem foi estabelecido com a emergência da Análise Crítica do Discurso. De um modo geral, a ACD apresenta-se como um campo de investigação fundamentalmente interessado em propor uma teoria e um método para descrever, interpretar e explicar as relações estruturais, transparentes ou veladas, de poder e controle manifestos na linguagem (cf. Wodak, 2004). Assume-se, assim, como ponto central, a análise das maneiras pelas quais “o discurso contribui para a reprodução da desigualdade e da injustiça social, determinando quem tem acesso a estruturas discursivas e de comunicação aceitáveis e legitimadas pela sociedade” (Van Dijk, 1994: 4-5).

Considerando os grupos dominantes aqueles que detêm o controle dos grandes veículos de comunicação, bem como o acesso à manipulação e ao uso de estratégias discursivas de dominação, em um cenário no qual a linguagem ocupa o centro do modo de produção do sistema capitalista (cf. Habermas, 1984), tem-se, de acordo com Van Dijk, que

o discurso e a comunicação se convertem então nos recursos principais dos grupos dominantes. Por meio de um estudo do discurso, pode-se conseguir compreender os recursos de dominação utilizados pelas elites, pois estas têm um controle específico sobre o discurso público. É um poder que permite controlar os atos dos demais, define quem pode falar, sobre o que e quando. Considero que o poder das elites é um poder discursivo uma vez que, por meio da comunicação, há o que se denomina “*uma manufatura do consenso*”: trata-se de um controle dos atos linguísticos por meio da persuasão, a maneira mais moderna e última de exercer o poder. Os atos são intenções e, controlando as intenções, se controlam, por sua vez, os atos. Existe então um controle mental através do discurso (VAN DIJK, 1994: 6).

Esse segmento permite que observemos um aspecto central para a análise crítica. Trata-se da clara integração entre a ACD e a Retórica, que está colocada como “a maneira mais moderna de exercício do poder”. O autor considera que, por meio da *persuasão* e *manipulação*, dominam-se as mentes das pessoas, as quais, por sua vez, controlam as ações. Em suas palavras

o poder moderno é aquele que se exerce por meio do controle mental, maneira indireta de controlar os atos dos outros. O poder moderno consiste em influenciar os outros por meio da persuasão para conseguir que façam o que se quer. Os grupos que têm acesso a essas formas de poder e controle social são geralmente aqueles que têm sido legitimados e têm acesso ao discurso público. Isso é o que (...) se conhece por hegemonia. O discurso é poder e a persuasão é o maior controlador dos atos linguísticos na modernidade. (Van Dijk, 1994: 10-11).

No entanto, apesar de toda a importância conferida à argumentação, não encontramos, na literatura corrente, um modelo capaz de amalgamar definitivamente os aspectos retóricos com a análise e interpretação da linguagem em contexto sócio-histórico. É visando a suprir esta lacuna que propomos, para a abordagem da persuasão no noticiário da imprensa escrita paulista acerca das eleições presidenciais brasileiras, estabelecer pontos de contato entre a Teoria Social do Discurso, elaborada por Fairclough (1997, 2007), à Nova Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996).

Tendo em vista a constituição de uma abordagem teórica multidirecional capaz de sintetizar, ao mesmo tempo, as concepções de discurso com orientação social e linguística, Fairclough faz uso, no que se refere à orientação linguística de sua teoria, da Linguística Sistêmico Funcional de Halliday (2001). Na realidade, assumindo a língua como parte da vida social, Fairclough (2007) concebe o discurso como uma prática inserida no interior de uma estrutura social. De acordo com essa perspectiva, os textos podem atingir determinados efeitos, levando, assim, a mudanças nos sistemas de conhecimentos, crenças, posicionamentos, valores, no que se refere aos atores sociais em atividade discursiva, e até mesmo em relação ao mundo material. O autor evoca, dessa maneira, uma perspectiva funcionalista da linguagem, na medida em que esta postula que a língua possui funções externas ao sistema e que essas mesmas funções são as responsáveis pela organização interna do sistema linguístico.

De acordo com Fairclough (2001), pode-se distinguir três aspectos construtivos do discurso: a construção das identidades sociais e posições do sujeito; a construção das relações sociais entre as pessoas e, por fim, de sistemas de conhecimento e crenças. Em suas palavras

esses três efeitos correspondem respectivamente a três funções da linguagem e a dimensões de sentido que coexistem e interagem em todo discurso – o que denominarei as funções da linguagem ‘identitária’, ‘relacional’ e ‘ideacional’. A função identitária

relaciona-se aos modos pelos quais as identidades sociais são estabelecidas no discurso, a função relacional a como as relações sociais entre os participantes do discurso são representadas e negociadas, a função ideacional aos modos pelos quais os textos significam o mundo e seus processos, entidades e relações. As funções indentitária e relacional são reunidas por Halliday como a função interpessoal (Fairclough, 2001: 91-92).

Cumpra registrar que Halliday (*op. cit.*), ao analisar a língua em situação de uso, alia contexto e estrutura social à produção discursiva mediante três metafunções derivadas do contexto, propriamente *campo*, *relação* e *modo*, definidas, respectivamente, de uma maneira muito geral, como a atividade em que os participantes estão engajados, os próprios participantes e as relações estabelecidas entre eles e a maneira pela qual os significados são realizados — responsáveis pela atualização das funções ideacional, interpessoal e textual no discurso.

Fairclough (1997, 2007) reformula a teoria hallidayana de acordo com os parâmetros da ACD, concebendo o discurso como um nível intermediário entre o texto em si e o contexto/estrutura social, atravessado por gêneros (modos de agir), estilos (modos de ser) e discursos (modos de representar) específicos. Assim, os gêneros relacionam-se à função textual e à função interpessoal de Halliday (*op. cit.*), no que tange ao estabelecimento de relações sociais; os estilos abarcam o aspecto de construção de identidades subjetivas no discurso, o que também integra a função interpessoal; e os discursos ou representações equivalem à função ideacional³.

Nessa perspectiva, os discursos, como elementos de representação e, portanto, campo do desenvolvimento ideológico, instanciam gêneros e estilos determinados, que, por sua vez, são representados em discursos, configurando uma relação dialética entre esses elementos.

Neste artigo procuraremos justamente investigar, analisar e descrever as estruturas responsáveis pelo estabelecimento das relações interpessoais e as intersecções destas com a persuasão no noticiário dos jornais paulistas. De uma maneira mais específica, buscaremos descrever os aspectos interpessoais das notícias analisadas e as relacionaremos ao desencadeamento de determinadas estratégias argumentativas, assumindo, por tais estratégias, o conjunto

³Para o autor, a transitividade verbal está vinculada à representação das ideias ou experiências humanas e, por isso mesmo, constitui-se no elemento característico para análise do componente ideacional.

descrito por Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996). Isso porque é por meio dos mecanismos atinentes à função interpessoal que o jornalista, inserido em um determinado contexto sócio-cognitivo, tanto atribui determinadas identidades sociais aos atores designados em seu texto quanto expressa seus posicionamentos e julgamentos, buscando, sempre, de acordo com as premissas aqui assumidas, influenciar e levar o leitor a assumir esse mesmo ponto de vista. É por meio da função interpessoal que são instanciadas as relações pessoais e sociais dos participantes dos eventos discursivos, tanto no aspecto de sua configuração identitária como da sua relação com os outros atores sociais envolvidos no processo.

No que diz respeito ao que foi descrito no parágrafo anterior, faz-se importante acrescentarmos que os estudos englobados pela ACD valem-se não apenas dos aspectos gramaticais concernentes ao modo e modalidade estabelecidos por Halliday (*op. cit.*) para a mencionada função, mas também das contribuições advindas de outros estudiosos que têm trabalhado com a proposta de Halliday, os quais não apenas aplicaram essa teoria, mas também a complementaram ou, inclusive, participaram de sua elaboração. No entanto, para a pesquisa que aqui delineamos, tomaremos em consideração a proposta apresentada por Martin e White (2005), cujo mérito reside em sintetizar todos os estudos mencionados e propor uma categorização ainda mais abrangente dos mecanismos linguísticos acionados para o estabelecimento das relações interpessoais.

Essa abordagem, que emerge a partir da linguística sistêmica e funcional, está toda centrada na análise da valoração, instrumentalizada com vistas a analisar, de forma sistemática, como a avaliação e a perspectiva operam em textos. De acordo com White (2004: 177),

A abordagem está interessada nas funções sociais desses recursos, não simplesmente como formas através das quais falantes/escritores individuais expressam seus sentimentos e posições, mas como meios que permitem que os indivíduos adotem posições de valor determinadas socialmente, e assim se filiem, ou se distanciem, das comunidades de interesse associadas ao contexto comunicacional em questão.

Dessa maneira, Martin e White (2005) se voltam para a constituição de categorias sócio-semióticas relacionadas à construção da intimidade, da distância, do envolvimento, da identidade e da autoridade discursivas, realizadas, linguisticamente, por meio de recursos avaliativos. Segundo os autores, a *atitude*, o *engajamento* e a *gradação* podem ser concebidos como

fenômenos linguísticos que atualizam posicionamentos intersubjetivos dos atores sociais em interação.

De acordo com esse ponto de vista, a *atitude* abrange significados graduáveis por meio dos quais o falante/escritor avalia entidades, estados de coisas e acontecimentos negativa ou positivamente. É subdividida em *afeto* (reações afetivas diante de uma situação ou comportamento específico), *juízo* (avaliações acerca da capacidade, normalidade, tenacidade, propriedade e veracidade dos comportamentos ou atitudes humanas e/ou institucionais) e *apreciação* (avaliações de caráter estético acerca de elementos concretos da realidade, como objetos, ou de risco e importância, a no que tange a nominalizações - processos, eventos, entidades abstratas).

A *gradação*, por seu turno, está relacionada ao modo pelos quais os falantes/escritores maximizam ou minimizam a força de suas asserções, tornando nítidas ou ofuscadas as categorizações semânticas com as quais operam. O *engajamento*, por fim, constitui-se no componente por meio do qual o autor se posiciona em relação a seu enunciado e aos enunciados potenciais de outros atores sociais envolvidos na interação. Como centro dessas categorias, a ideia de acordo com a qual todo enunciado é posicionado. Trata-se de uma categoria calcada na noção de heteroglossia ou heterogeneidade constitutiva do círculo bakhtiniano, por meio da qual se objetiva descrever em que medida falantes/escritores avaliam as afirmações anteriores, qual o peso dessas afirmações em suas formulações e de que modo eles se engajam em relação a tais enunciados (em oposição, concordância etc.).

No entanto, Martin e White (*op. cit.*) admitem que, para que o produtor do texto obtenha o comprometimento dos leitores e ouvintes, além das categorias apontadas, este precisará contar com os argumentos dispostos e o processo persuasivo de maneira geral, embora esse aspecto não seja explorado pelos autores.

É visando a propor um enfoque mais amplo e adequado que buscaremos, ao analisar o noticiário sobre as eleições no século XIX, e compará-los brevemente ao do século XXI observar, em cada texto, correspondente a um período histórico determinado, como são processadas tais categorias e, paralelamente, apontar as maneiras pelas quais cada um desses elementos, responsáveis por acionar relações interpessoais com o leitor, acionam e se entrelaçam a determinadas estratégias argumentativas. Para o desenvolvimento dessa tarefa levamos ainda em consideração os estudos acerca da argumentação, particularmente aqueles que se apresentam como desdobramentos contemporâneos da Velha Retórica aristotélica.

Antes de passarmos à análise dos dados, a qual será operada na próxima seção, cumpre destacarmos que, embora o objetivo desta pesquisa como um

todo seja o de contemplar um conjunto bastante variado de textos atinentes a todos os períodos da história das eleições no Brasil selecionaremos, para este artigo em particular, textos publicados nos seguintes períodos históricos: as eleições gerais de 1889, a última realizada durante o Império; as eleições presidenciais de 1930, a última eleição realizada durante o período histórico que se convencionou chamar “Primeira República” ou “República Velha” (1889 a 1930); as eleições presidenciais realizadas em 1950 e 1960, no decorrer da “República Nova” (1946-1964) e, por fim, material publicado em 2010, durante o período compreendido pela “Nova República” (1985 em diante). Respectivamente, esses textos são extraídos dos seguintes jornais paulistas: *A Província de São Paulo* (1889) / *O Estado de S. Paulo* (a partir de 1930; 1950 e 1960); *Correio Paulistano* (1950) e *Folha de S. Paulo* (2010).

3 Análise dos dados

Conforme bem aponta Sodré (1999: 1), a história da imprensa no Brasil corresponde, *stricto sensu*, “à própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista”. O controle dos meios de difusão de ideias e de informações – que se verifica ao longo do desenvolvimento da imprensa, como reflexo do desenvolvimento capitalista em que aquele está inserido – é uma luta em que aparecem organizações e pessoas da mais diversa situação social, cultural e política, correspondendo a diferenças de interesses e aspirações.

No caso específico da emergência dos grandes jornais em São Paulo, precisamente na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX, pode-se afirmar que remonta a uma profunda relação com os partidos políticos e a causa republicana. Na realidade, tais publicações ecoam os anseios da aristocracia da época, a qual passa a se expandir para o campo empresarial e político-administrativo. Como pano de fundo, a Revolução Industrial e a necessidade de se criar novos mercados consumidores. A dificuldade do Governo Imperial em satisfazer esta e outras demandas, abre espaço para um consenso, na aristocracia, acerca da necessidade de substituição do governo monárquico por um governo Republicano (cf. Veloso e Madeira, 2000).

No que concerne ao material selecionado para esta pesquisa, propriamente o noticiário sobre as eleições, cumpre dizer, em primeiro lugar, que emerge de uma maneira bastante difusa, permeando outros gêneros discursivos do jornalismo impresso. Paralelamente, observa-se que, desde as eleições gerais de 1889 para a Câmara dos Deputados, a última realizada sob o império, os jornais adotam uma determinada posição partidária na arena política, e a argumentação estabelecida nesses materiais visa a obter a adesão do leitor a este mesmo ponto de vista.

Na realidade, uma análise acurada do material demonstra que, de longe, os textos em que se delibera voz aos membros do partido republicano, imiscuindo narrativas relatadas por estes membros introduzidas, na maior parte das vezes, por comentários que destacam o forte engajamento do enunciador com os fatos narrados, são os mais usuais no período em questão. Nesses casos, em que é possível perceber um direcionamento maior do para o eixo narrativo, observamos uma dedicação copiosa ao enaltecimento dos membros e, essencialmente, das candidaturas republicanas. Observe:

(1) ARARAQUARA

No dia 17 do corrente, ás 6 horas da tarde, chegou a esta cidade, vindo de Piracicaba, o dr. Prudente de Moraes Barros, candidato Republicano pelo 8º Districto nas próximas eleições de 31 de agosto. À estação foi ele recebido com entusiasmo por um grande número de amigos e admiradores.

Da estação seguiu a pé com grande acompanhamento de povo, musica e até a casa do cidadão Rodolpho Moura, onde se hospedou e onde foi servido um profuso copo d'água. Durante todo o dia 18 foi elle muito visitado, notando-se entre os que foram cumprimental-o os drs. Canuto Saraiva e Rogerio Pinto Ferraz, o primeiro, juiz de direito da comarca, o segundo, juiz municipal de termo, e muitos conservadores e liberaes que deram um bello exemplo de tolerancia política e de fina educação social.

Ás 7 horas fez o illustre candidato a sua conferencia no salão do Club Araraquarense, que estava bellamente preparado para a solemnidade da occasião. Assistiram-n-a algumas distinctas famílias do lugar e pessoas de todos os credos políticos, de todas as condições sociaes, brancos e negros, nacionais e estrangeiros, de forma que o salão estava litteralmente cheio e muita gente ainda ficou nos corredores e na rua. Começou o distincto orador o seu discurso dizendo que costumava pleitear a sua eleição ás claras, á luz do dia, e por isso vinha perante o povo alli reunido exhibir o seu programma e fazer a exposição, embora singela, das ideias do partido Republicano.

Entrou em seguida na analyse da Constituição política do Imperio do Brazil e da chamada divisão dos poderes, mostrando que o poder legislativo é inteiramente annullado pelo poder executivo que dissolve a capricho o parlamento e escolhe os senadores a gosto; que o poder judiciario, que deveria ser a garantia dos direitos do cidadão e da liberdade individual, é também annullado em sua independencia pelo poder executivo que nomeia, promove e remove os magistrados a seu talante; que o poder executivo, a seu turno, é annullado em

sua independencia pelo poder moderador que nomeia e demitte livremente os ministros, commuta e perdoa os crimes e proclama a amnistia, e que neste complicado systema político só resta soberano, absoluto, irresponsavel e sagrado o poder moderador, que é confiado privativamente ao imperador, como primeiro magistrado da nação.

Deixou, em summa, patente que a nossa Constituição política não é mais que uma roupagem brilhante que esconde o mais hypocrita, refinado e corruptor de todos os despotismos.

/.../ Criticou o procedimento hypocrita do conselheiro Candido de Oliveira, que na situação conservadora fazia-se no Senado o defensor extremo do direito de reunião e da liberdade do pensamento, e que no ministerio, hoje, prohiu ou quer prohibir reuniões populares e vivas á republica, e concluiu dizendo que os Affonsos Celsos e Candidos de Oliveira eram pequenos demais para suffocar a aspiração nacional, que qualquer que fosse o resultado das eleições de 31 de agosto, quaesquer que fossem os meios de compressão e de corrupção que lançasse mão o governo da monarchia, a republica ha de ser feita, porque o mundo não é regido pelos homens que são transitorios, porém pelas idéias que são permanentes e avassalam tudo.

O orador, sempre correcto e fluente, tornou-se no fim verdadeiramente eloquente e a sua voz foi por vezes coberta por estrondosos applausos.

/.../ Entre muitas saudações tornou-se saliente uma de extrordinaria eloquencia, feita pelo dr. Prudente de Moraes ás senhoras presentes e que foi graciosamente rependida por d. Maria Elisa, gentil filha do major Antonio Mariano Borba.

Terminou-se a festa a meia noute, e na madrugada de 19 partiu o dr. Prudente de Moraes para Piracicaba, deixando a mais agradável impressão de sua estada nesta cidade. /.../ A policia brilhou pelo seu silencio e os monarchistas em geral portaram-se com um cavalheirismo que muito honra a civilisação do povo araraquarense.

Adheriram ao partido republicano os distinctos eleitores João Machado de Souza Campos e Frederico Schliter. (APSP, 18/08/1889)

Do ponto de vista da composicionalidade do texto em questão, observamos uma narração, imiscuída a uma descrição pormenorizada de aspectos da campanha do líder do PRP, Prudente de Moraes, às vésperas das eleições gerais de 31 de agosto de 1889. Nessa narrativa/descrição, é possível constatar que, tendo em vista a construção de um texto amplamente favorável e enaltecedor à figura e campanha de Prudente de Moraes e à causa republicana, o autor se vale de todas as modalidades de relações interpessoais de atitude.

Observamos, inicialmente, que são mobilizadas apreciações de reação (*recebido com entusiasmo; sua voz foi por vezes recoberta de estrondosos aplausos*, dentre outros) e de apreciação (*e muitos conservadores e liberaes que deram um bello exemplo de tolerancia política e de fina educação social; sua conferencia no salão do Club Araraquarense, que estava bellamente preparado para a solemnidade da ocasião*, dentre outros), os quais atuam no sentido de aumentar o comprometimento do enunciador em relação à posição valorativa que assume, constituindo-se, ainda, como elementos de gradação operados mediante a estratégia de “foco”.

Mas, indubitavelmente, são as avaliações de caráter comportamental, que correspondem às relações interpessoais de julgamentos, as mais vastamente empregadas no excerto sob análise. De acordo com Martin e White (2005), os julgamentos são originários de diferentes representações e advém das diversas comunidades discursivas, sendo subdivididos pelos autores em julgamentos de estima social e sanção social. As avaliações de *estima social* relacionam-se a valores compartilhados pelos indivíduos em sua integração a diversas redes sociais e instituições, responsáveis por criar hierarquias de comportamentos práticos desejáveis e indesejáveis. Trata-se de valores que integram o processo mais básico de integração social e são regulados por meio da cultura oral, estando mais estreitamente ligados a comportamentos passíveis de admiração, estranhamento, menosprezo ou reconhecimento.

A *sanção social*, por outro lado, abarca avaliações usualmente codificadas pela cultura da escrituralidade, por meio de decretos, regras, regulamentos e leis, responsáveis pela vigilância da sociedade mediante as instituições que possuem. Nesse sentido, os valores compartilhados relacionam-se às obrigações morais e éticas, à cidadania e à filiação institucional. Por essas razões, os julgamentos de *sanção social* implicam atitudes não de admiração ou estranhamento, mas de louvor/destaque ou condenação/recriminação.

No caso do exemplo em questão, observamos que o autor se vale de diversos julgamentos de estima social, relacionados a julgamentos positivos a propósito da capacidade e normalidade (esta referente ao grau de especialidade) de Prudente de Moraes (por exemplo, *o orador, sempre (...) fluente, tornou-se no fim verdadeiramente eloquente; entre uma saudação tornou-se saliente uma de extrordinaria eloquencia*), bem como julgamentos de sanção social, relacionados, no caso daqueles com valor positivo, à veracidade das afirmações de Prudente e a sua propriedade, seu compromisso com a transparência ética e com o civismo (*Começou o distincto orador o seu discurso dizendo que costumava pleitear a sua eleição ás claras, á luz do dia; o orador, sempre correto*), ou até ao comportamento dos adversários políticos durante a visita

(*A policia brilhou pelo seu silencio e os monarchistas em geral portaram-se com um cavalheirismo que muito honra a civilização do povo araraquarense*).

No caso daqueles com teor negativo, caracterizam-se por denunciar a falta de compromisso do governo imperial com a veracidade (grau de honestidade ou sinceridade) e propriedade (grau de transparência ética ou civismo) (*o mais hypocrita, refinado e corruptor de todos os despotismos; Criticou o procedimento hypocrita*, dentre outros).

A primazia dos julgamentos de sanção social no curso do texto reflete, por assim dizer, a ideologia proeminente de então, em que certamente os valores de civilidade, transparência ética e honestidade são os mais valorizados pelo conjunto de eleitores paulistas do final do século XIX.

Por fim, ainda no plano das relações interpessoais mobilizadas, cumpre destacar que, por meio da “incorporação”, nos termos de Fairclough (1995: 58), do discurso do candidato republicano, mediante o emprego ora do discurso indireto, ora do discurso indireto livre, a “voz” de Prudente de Moraes é fundida à “voz” do próprio jornal. Essa estrutura funciona, no caso, como uma estratégia de “engajamento” por “concordância”, mediante o “endosso” de “declarações” de Prudente de Moraes e tornando as opiniões do candidato republicano como aquelas concernentes à própria “Província”.

No plano argumentativo, as estruturas destacadas nos parágrafos anteriores acionam, majoritariamente, argumentos calcados na estrutura do real, a partir da narração minuciosa de uma sequência de fatos. Delegados especialmente a Prudente de Moraes, observamos ligações de sucessão, do tipo causa e efeito (*Entrou em seguida na analyse da Constituição política do Imperio do Brazil e da chamada divisão dos poderes, mostrando que o poder legislativo é inteiramente annullado pelo poder executivo (...) e que neste complicado systema político só resta soberano, absoluto, irresponsavel e sagrado o poder moderador*) – sendo a “onipresença do poder moderador” a causa e a hipocrisia da constituição política brasileira o efeito).

Nos momentos em que o discurso do candidato republicano toma como foco e matriz as figuras e a estrutura de governo do regime imperial, no entanto, nota-se a busca por apresentar suas contradições, reforçando a série de argumentos em favor do sistema republicano. Aponta-se, assim, nos termos Perelman e Olbrechts-Tyteca (*op. cit.*), as contradições dos monarquistas (pelos autores inserida no grupo dos argumentos quase-lógicos, propriamente no subgrupo daqueles que “apelam para estruturas lógicas”), atacando a credibilidade do sistema imperial (*Criticou o procedimento hypocrita do conselheiro Candido de Oliveira, que na situação conservadora fazia-se no Senado o defensor extremo do direito de reunião e da liberdade do pensamento, e que no ministerio, hoje, prohiibe ou quer prohibir reuniões populares e vivas á república*).

Embora sejam mais raros é possível observar breves relatos mais característicos do próprio noticiário, os quais, muitas vezes, fazem uso do argumento de autoridade, como o que segue:

(2) AS ELEIÇÕES EM BOTUCATU

Pessoa criterioza, chegada de Botucatu, informa-nos que ha naquella localidade uma força destacada com o fim de impedir que as eleições de 31 corram livremente.

Será bom o governo informar-se a respeito. (APSP, 22/08/1889)

Notamos que a atribuição da autoridade à fonte citada é operada também mediante um julgamento de sanção social de veracidade, relacionado ao grau de sinceridade da referida fonte (pessoa *criterioza*).

A análise do noticiário sobre as eleições ao longo da Primeira República ou República Velha (1889-1930) desvela a ausência de alterações significativas em relação àquele do final do período imperial. Afora algumas alterações no campo da estruturação das notícias, especialmente no que concerne à subdivisão em seções pré-determinadas, nenhuma diferença marcante pode ser assinalada. Mantêm-se, em linhas gerais, a preferência por textos que contemplam uma sequência narrativa, desencadeando argumentações calcadas na estrutura do real, seguidas ou antecidas por comentários que destacam o engajamento do enunciador com os fatos narrados.

Na contramão dos demais jornais, ligados, nas eleições de 1930, ao Partido Republicano, “O Estado de S. Paulo” apoia as candidaturas da Aliança Liberal. Publicados em uma seção específica, denominada “A sucessão presidencial”, o noticiário sobre as eleições mantém, em linhas gerais, a mesma estrutura avisada nos demais jornais, embora com viés político contrário:

(3) A SUCESSÃO PRESIDENCIAL

A DIFICULDADE DE RECONSTRUIR OS ACONTECIMENTOS DE MONTES CLAROS – DECLARAÇÕES DO SR. MELLO VIANNA E DE MAIS DUAS TESTEMUNHAS – O TOTAL DAS VICTIMAS /.../

Os acontecimentos de Montes Claros

A falta de informações amplas e imparciaes para a reconstituição dos factos – declarações do vice-presidente da Republica e mais duas testemunhas no inquerito – O caso do menino Hostilio Tecles – O sr Francisco Campos expede uma circular a proposito dos boatos terroristas de intervenção federal.

O enviado do “Diario Mineiro” a Montes Claros diz que não pode reconstituir os factos por falta de informações amplas e imparciaes.

BELO HORIZONTE, 13 (H.) - O enviado especial do “Diario Mineiro”, a Montes Claros, informa que a situação alli era de confusão e balburdia, de manneira que se tornava muito difficil fazer luz sobre os

acontecimentos de que foi teatro aquella localidade. /.../ reconstruir os factos por faltarem informações amplas e imparciaes.

Sabe-se que foram inumadas, no cemiterio local, 3 victimas: /.../

AS DECLARAÇÕES DO SR. MELLO VIANNA NO INQUERITO ABERTO EM BELLO HORIZONTE

BELLO HORIZONTE, 13 (H)

No depoimento que prestou aqui, o vice-presidente da Republica declarou que, ao passar em frente a casa de João Alves, em cuja janella se achava esse politico e a sua familia, sem ser correspondido. Alguns metros adiante sentiu forte ardor no pescoço e levando a mão ao local, verificou que sahia sangue do mesmo, percebendo então que estava ferido.

/.../ O depoimento do sr. Mello Vianna não contém acusações pessoas.

O DEPOIMENTO DE MAIS DUAS TESTEMUNHAS NO INQUERITO INSTAURADO EM MONTES CLAROS – AINDA O ASSASSINATO DO MENOR HOSTILIO TECLES

BELLO HORIZONTE, 13 (“Estado”) – O jornal “prestista” Folha da Noite publicou, hoje, o seguinte telegramma procedente de Montes Claros: /.../

Outro telegramma, aqui recebido, relata que Manuel Prado Tecles, irmão do menor Hostilio Tecles, morto no tiroteio de Montes Claros, declarou ao jornal “Gazeta do Norte” o seguinte:

Pouco tenho a dizer sobre o tiroteio, que partiu da casa do sr. João Alves, na noite de seis do corrente, contra os srs. Mello Vianna e Carvalho Britto. /.../ O que posso garantir, com segurança, é que meu infeliz irmãozinho foi ferido por uma bala de carabina. /.../ Tenho, pois, a certeza de que meu irmão Hostilio Tecles não foi ferido pelos membros da Concentração Conservadora. /.../

UM TELEGRAMMA CIRCULAR DO SECRETARIO DO INTERIOR

BELLO HORIZONTE, 13 (“Estado”) – O dr. Francisco Campos, secretario do Interior, enviou aos seus correligionarios de todos os municipios do Estado o seguinte telegramma-circular: “Estou informado de que adversarios da situação mineira têm transmittido, para diversos pontos do Estado, boatos terroristas, com o indisfarçavel objectivo de influir sobre a eleição de primeiro de Março. Previno, ao prezado amigo, de que não deve ligar o menor apreço aos alludidos boatos, convindo prevenir desde já o espirito da população sobre a sua improcedencia e falsidade. Meu empenho em lhe transmittir essas noticias e segurança /.../ de garantir a normalidade do pleito de 1º. De Março, por forma a permittir que o maior comparecimento possivel affirme, nas urnas, o verdadeiro sentimento do povo mineiro. Peço accusar o recebimento deste com urgencia”. (OESP, 14/02/1930, p. 02)

Notemos que, logo nas primeiras linhas da matéria em questão, o autor desqualifica e se distancia da versão dos jornais concorrentes e, por conseguinte, da versão dos próprios candidatos republicanos acerca dos acontecimentos em Montes Claros, mediante apreciações de qualidade a propósito dessas informações (*O enviado do “Diario Mineiro” a Montes Claros diz que não pode reconstituir os factos por falta de informações amplas e imparciaes*).

Essa estratégia instancia, no campo intersubjetivo do engajamento, reconhecimento à posição assumida pelo enviado do “Diario Mineiro” e distanciamento em relação à versão republicana, marcando explicitamente a rejeição ao discurso dessa fonte. Notemos que, mais adiante, é o próprio jornal concorrente a ser desqualificado, curiosamente com uma acusação de parcialidade (*O jornal “prestista” Folha da Noite*).

Ao trecho inicial seguem, em duas subseções específicas, parte das declarações do alvo principal do atentado, o então Vice-Presidente da República e candidato do Partido Republicano ao Governo de Minas, Mello Vianna, e de Manuel Prado Tecles, irmão do menor Hostilio Tecles, morto na emboscada. Em um terceiro momento, é um telegrama do secretário do interior de Minas, o liberal Francisco Campos, que é transcrito na íntegra.

Atribuídos a algumas das figuras principais do atentado, a estratégia de engajamento por reconhecimento é calcada na credibilidade da fonte externa (*o vice-presidente da Republica declarou que, ao passar em frente a casa de João Alves /.../; O dr. Mello Vianna accentua que, a principio, foi difficil identificar-se do barulho; Manuel Prado Tecles, irmão do menor Hostilio Tecles, morto no tiroteio de Montes Claros, declarou ao jornal “Gazeta do Norte” o seguinte /.../*) e instaura uma argumentação toda fundada em argumentos de autoridade.

Na realidade, manipulando vozes atribuídas a essas pessoas, ressaltando determinados pontos desses depoimentos e ocultando outros, o autor busca estabelecer um consenso hegemônico de acordo com o qual, se não é possível isentar os membros da Aliança Liberal de terem promovido o ataque, não há evidências concretas para acusá-los, engajando-se, portanto, com a versão de acordo com a qual não fica comprovada a acusação de que teriam sido os aliancistas os promotores do ataque (observe em *O depoimento do sr. Mello Vianna não contém acusações pessoaes; Pouco tenho a dizer sobre o tiroteio /.../ O que posso garantir, com segurança, é que meu infeliz irmãozinho foi ferido por uma bala de carabina /.../ Tenho, pois, a certeza de que meu irmão Hostilio Tecles não foi ferido pelos membros da Concentração Conservadora*).

Por fim, a transcrição rigorosa do telegrama escrito pelo Secretário de Estado do Interior do governo liberal de Minas Gerais constitui claramente o “engajamento” do jornal por “endosso” às posições de Francisco Campos (*Estou*

informado de que adversarios da situação mineira têm transmittido, para diversos pontos do Estado, boatos terroristas, com o indisfarçavel objectivo de influir sobre a eleição de primeiro de Março). No plano argumentativo, observamos, tanto no trecho inicial, quanto no final do texto (em *Meu empenho em lhe transmittir essas noticias e segurança /.../ de garantir a normalidade do pleito de 1º. De Março, por forma a permittir que o maior comparecimento possivel affirme, nas urnas, o verdadeiro sentimento do povo mineiro*), dois argumentos pragmáticos, do tipo causa e efeito (sendo, no primeiro caso, os boatos terroristas a causa, e o objetivo de influir sobre os resultados da eleição o efeito e, no segundo, o empenho em transmitir as notícias uma atitude que busca atingir, como efeito, a permissão do maior comparecimento nas urnas e a expressão da verdadeira vontade política do povo de minas).

Esses dois argumentos, assim dispostos, ressaltam o ponto de vista principal para o qual o locutor pretende obter adesão, propriamente o da falsidade e impropriedade das acusações fomentadas pelos membros da campanha republicana, instanciadas, no mais, por apreciações de valor social e julgamentos negativos de sanção social atinentes à veracidade dessas informações (*Previno, ao prezado amigo, de que não deve ligar o menor apreço aos alludidos boatos, convindo prevenir desde já o espirito da população sobre a sua impropriedade e falsidade, dentre outros*).

De acordo com Bahia (1990), a partir da década de 50, os jornais sofrem importantes reformas que abrangem, dentre outros aspectos, formato e composição. No que concerne aos gêneros discursivos, a subdivisão hoje conhecida em seções claramente delineadas, com as marcas características de cada uma delas, vão tomando forma: os editoriais passam a ser destacados, o noticiário sobre as eleições passa a ocupar seções e páginas pré-definidas, e assim por diante. A opção marcada por determinadas posições na arena político-partidária, no entanto, ainda se mantém em dois dos principais periódicos.

O balanço do período populista (1946-1964) mostra, portanto, que a nossa grande imprensa apresentou um alto nível de paralelismo político, seja na defesa de valores ideológicos (liberalismo *versus* nacionalismo e estatismo ou socialismo), seja no engajamento partidário (UDN *versus* PSD-PTB) e político (antivarguismo, antipopulismo, deposição de Goulart).

Em São Paulo, *O Estado de S. Paulo* cerrava fileiras contra Vargas desde os anos 1930, e o *Correio Paulistano* mantém-se atrelado ao Partido Republicano e, por conseguinte, ao PSD. Nesse sentido, esses órgãos podem ser definidos como órgãos conservadores, ideologicamente liberais tanto do ponto de vista do ideário econômico quanto das crenças políticas.

Contudo, como se sabe, os auto-proclamados princípios do liberalismo político não impediram que esses jornais participassem ativamente do movimento pela deposição do governo Goulart e apoiassem a instalação do governo militar em 1964. O exemplo (4), Retirado do noticiário de *O Correio Paulistano*, é ilustrativo:

(4) O SR. CHRISTIANO MACHADO CONCLUIU ONTEM SUA VITORIOSA CAMPANHA EM TERRAS DE SÃO PAULO

A peregrinação cívica empreendida pelo sr. Christiano Machado pelo interior paulista representou uma autentica consagração ao candidato das maiores forças democraticas do pais. Poucas vezes têm-se registrado manifestações de tanto ardor cívico, de tanto entusiasmo por uma causa, como se verificou nos ultimos dias, quando as populações do interior de S. Paulo receberam com as maiores provas de simpatia e aplausos a comitiva que acompanhava a excursão politica do eminente candidato Christiano Machado, seja comparecendo em grandes números aos comicios programados como testemunhando por diversas outras formas a confiança que depositam na bandeira levantada pelo ilustre homem publico, legitimo representante das aspirações democraticas. Por todas as cidades em que a caravana se detinha, eram prestadas ao grande brasileiro e ilustres personalidades que o acompanhavam as mais efusivas e espontaneas demonstrações com que as populações locais recebiam jubilosas a honrosa visita. Desde o Vale do Paraíba, onde as manifestações de apreço tributadas a Christiano Machado foram verdadeiramente consagradoras até Santos, que foi a ultima cidade a ser visitada sucederam-se as expressões de carinhosa simpatia com que o povo paulista cercou o sr. Christiano Machado durante toda sua permanência em solo Piratininga. Relatemos, pela ordem, o que foram os tres ultimos dias de permanência do sr. Christiano Machado no estado. /.../

(CP, 26/09/1950, p. 1)

A intensa vinculação entre a perspectiva do enunciador e o ponto de vista favorável à campanha do candidato da coligação PSD-PR, Christiano Machado, vem materializada, no texto, mediante a mobilização dos mais variados recursos interpessoais. Chama a atenção a intensificação constante de categorias, ligada ao sistema de gradação, especialmente mediante o eixo de força, relacionada ao posicionamento enunciativo concernentes à intensidade e qualidade (*grande comicio; grande multidão; maiores forças democraticas do pais; maiores provas de simpatia; as mais efusivas e espontaneas demonstrações; tanto ardor cívico, tanto entusiasmo*, dentre outros).

Paralelamente, observamos a pulverização de variadas apreciações, sejam elas de reação, que também instanciam afetos (*consagração, entusiasmo*), sejam elas relacionadas às mais diversas categorias de impacto, qualidade e valorização (*ardor cívico, ilustre, jubilosa, honrosa*). Essas apreciações, muitas vezes acentuadas pelo recurso de foco, ressaltando o comprometimento do enunciador em relação a determinadas posições valorativas (*verdadeiramente*

consagradoras; autentica consagração; legítimo representante), ou em intersecção com julgamentos positivos de propriedade (observe a apreciação de valor social *representante das aspirações democráticas*), vão delineando um quadro de vinculação entre a posição do jornal e a propaganda da campanha de Christiano Machado.

Lembremos que, de acordo com Martin e White (*op. cit.*), a intensificação de categorias apresenta-se, no âmbito da persuasão, com uma autoridade maior, em contraposição ao ofuscamento, cuja autoridade para persuadir é, em geral, diminuída. No exemplo em questão, a intensificação emerge em meio a uma fundamentação do real mediante o emprego de uma figura retórica – neste caso, de acordo com a terminologia estabelecida por Perelman e Olbrechts-Tyteca (*op. cit.*), uma figura da caracterização, propriamente a descrição.

Afirmamos anteriormente que, desde 1930, *O Estado de S. Paulo* posicionou-se na oposição a Vargas. Após o Estado Novo, no decorrer da República Nova (1946-1964), o jornal manteve intrínseca ligação com a UDN, exercendo, ao mesmo tempo, um anticomunismo exacerbado. Durante o período eleitoral que antecedeu as eleições de 3 de outubro de 1960, apoiou a candidatura oposicionista de Jânio Quadros contra o então candidato governista, Marechal Henrique Teixeira Lott, da coligação PSD-PTB.

No que concerne à composicionalidade do noticiário publicado pelo jornal no período assinalado, observamos, de forma análoga aos demais veículos e períodos destacados até aqui, a mesma primazia dos textos em que são estabelecidas narrativas a propósito de visitas, comícios e atos públicos da campanha em questão, imiscuídas a trechos de discurso reportados diretamente dos candidatos de determinado partido e comentários que destacam o engajamento do enunciador com os fatos narrados. Conforme já apontamos, essa característica, comum, ao longo da República Nova, às publicações tanto do *Correio Paulistano* quanto do *Estado de S. Paulo*, acabam por estabelecer um contínuo formal que perpassa tanto o noticiário do final do século XIX quanto a maior parte do século XX.

No entanto, no noticiário publicado pelos três grandes jornais paulistas no período, podemos vislumbrar, em proporções ainda maiores, um vasto emprego de textos curtos, sejam eles atrelados aos “bastidores” das campanhas ou destinados a noticiar acontecimentos de maneira breve. No caso de *O Estado de S. Paulo*, em sintonia com o conjunto do noticiário sobre as eleições publicado no jornal, esses textos mantêm a mesma ligação com a candidatura Jânio Quadros à Presidência e Milton Campos à Vice-presidência da República, e são destinados tanto a proclamar acontecimentos positivos relacionados às candidaturas da UDN quanto a atacar as candidaturas adversárias, propriamente do Marechal Teixeira Lott à Presidência e João Goulart à Vice:

- (5) Ultima previa na capital da a Janio 57% dos sufragios

O ultimo levantamento de opinião publica, datado de sabado passado, dá os seguintes resultados para a Capital: Janio 57 por cento; A. de Barros, 16; e Lott 15 por cento. O sr. Milton Campos alcança em todo o Estado uma margem superior a 300.000 votos em relação ao sr. João Goulart.

Ao embarcar ontem á tarde para o Rio, a fim de participar de um programa de televisão, o Governador Carvalho Pinto disse que não acreditava nas propaladas graves consequencias que advirão dos desen-tendimentos entre lideres udenistas e pedecistas. Acentuou que sempre tem agido como arbitro para superar possíveis desen-tendimentos.

O deputado Paulo de Tarso assegurou ontem que o sr. Janio Quadros vencerá o pleito em Brasília.

O sr. Julio Devicchiatti, Secretario-Geral do Sindicato dos Trabalhadores da Industria Textil, referindo-se a declarações do sr. Dante Pellacani sobre uma entrevista entre os dirigentes sindicais e o Marechal Lott ha cerca de um ano, declarou que o candidato situacionista lhes dissera que os trabalhadores devem perder “a mania de pedir aumentos de salarios” e em lugar disso trabalhar seriamente. Reptando o Marechal Lott a desmenti-lo o sr. Devicchiatti disse que o então Ministro da guerra defendeu as seguintes posições: 1° contra o direito de greve – (“O problema do Brasil, dissera – não é de greve mas, sim, de maior produção”); 2° contra as relações comerciais com a Russia (“Se comprassemos um automóvel da Russia como iríamos substituir as peças que se quebrassem” – indagou o Marechal); 3° Contra a “mania” de pedir aumento de salario; contra a reforma agrária; 5° Os operarios e suas esposas são perdularios.

Finalizando os dirigentes do Sindicato dos Texteis disse que o Marechal Lott demonstra que não conhecia as agruras da vida dos trabalhadores, embora se considere candidato trabalhista. “Por isso – aduziu – nos considera perdularios, bem como nossas esposas, e disse que esbanjamos dinheiro em gêneros alimenticios. Essa a razão pela qual votamos no candidato que sempre nos defendeu, o sr. Janio Quadros.

(OESP, 21/09/1960, p. 04)

- (6) Advertencia do Arcebispo de Fortaleza

FORTALEZA, 20 – Dom Lustosa, Arcebispo de Fortaleza, ouvido pela imprensa, declarou em termos categóricos que os católicos cearenses não devem votar em candidatos á Presidencia da Republica que aceitam a votação dos comunistas.

Esclareceu, ainda, o arcebispo, que não tinha, até o momento, elementos para citar os nomes daqueles que não deveriam merecer o sufrágio dos católicos.

Por sua vez, o deputado estadual do PSD, sr. Expedito Machado, representará a seção cearense do Partido no comício do sr. Luis Carlos Prestes, admitindo-se que os votos do Partido Comunista são necessários para a vitória do Marechal Teixeira Lott. Um representante do PTB saudará Prestes na concentração gigante preparada pelos comunistas para a chegada de seu chefe, em propaganda do candidato oficial.

(OESP, 21/09/1960, p. 04)

Comum à maioria desses textos é o emprego do discurso citado, seja mediante o discurso direto, seja o discurso indireto. Cumpre destacar que, para Fairclough (2001), o grau de abertura para manifestação de diferentes “vozes” no interior de um texto pode constituir em um importante ponto para o entendimento da forma como esse mesmo discurso pretende atingir o consenso hegemônico, a partir de um amplo processo ideológico. Dessa maneira, uma questão inicial para a análise é a verificação de quais vozes são incluídas e quais são excluídas, e aí se poderá notar ausências significativas. Analisando-se aquelas que estão presentes, torna-se interessante examinar a relação que se estabelece entre as vozes articuladas.

Nos exemplos (5) e (6) destacados anteriormente apenas o ponto de vista favorável ao candidato da UDN e seu grupo são representados, mediante diversas estratégias de engajamento por atribuição acionadas pelo enunciador. Lembremo-nos que, de acordo com Martin e White (*op. cit.*), a atribuição está relacionada às formulações em que se atribui a uma fonte externa uma proposição que, em geral, não é assumida pelo enunciador em termos de responsabilidade ou validade modal, ou seja, apresenta o discurso elaborado por outros atores sociais como fonte de validade.

A atribuição é subdividida por Martin e White (*op. cit.*) em *reconhecimento* e *distanciamento*. De acordo com os autores, há reconhecimento nos casos em que o enunciador cria uma ilusão de neutralidade no que tange ao seu posicionamento diante do discurso relatado, e *distanciamento* nos casos em que rejeita explicitamente tornar-se responsável pela proposição.

No entanto, em muitos casos de atribuição, as proposições citadas atuam no sentido de ratificar algum posicionamento do enunciador, alinhando-se a esta posição, de modo a favorecer uma leitura complacente do leitor a respeito de alguma valoração fundamental do escritor/falante. Tal processo, obviamente, está ligado à credibilidade da fonte externa. É o caso das atribuições observadas

em (5) (*o Governador Carvalho Pinto disse; acentuou; O deputado Paulo de Tarso assegurou; O sr. Julio Devicchiatti, (...) referindo-se a declarações do sr. Dante Pellacani (...) declarou que o candidato situacionista lhes dissera; reptando o Marechal Lott a desmenti-lo o sr. Devicchiatti disse que o então Ministro da guerra defendeu as seguintes posições, dentre outros*). Como apenas a perspectiva dos apoiadores de Jânio é representada, é atribuído prestígio àqueles para os quais a voz é delegada, cujas perspectivas correspondem aos pontos de vista do próprio jornal. Dessa maneira, no plano argumentativo, os trechos reportados funcionam, nos termos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (*op. cit.*) como argumentos de autoridade.

O conjunto de estratégias ora descrito assegura a possibilidade de uma apresentação hegemônica da candidatura e das perspectivas de Jânio Quadros. Dessa forma, Suprimindo a perspectiva das candidaturas adversárias, assume-se nessas matérias presunções posicionadas, conectadas a relações de dominação. E, conforme afirmam Ramalho e Resende (2006, p. 49), relações de poder são mais eficientemente sustentadas por significados tomados como tácitos, pois “a busca pela hegemonia é a busca pela universalização de perspectivas particulares”.

Vale destacar que, em (6), a argumentação é estabelecida a partir de uma estrutura quase-lógica, especificamente mediante um vínculo de transitividade (se *o arcebispo declarou em termos categóricos que os católicos cearenses não devem votar em candidatos à Presidência da República que aceitam a votação dos comunistas e o deputado estadual do PSD, sr. Expedito Machado, representará a secção cearense do Partido no comício do sr. Luis Carlos Prestes, admitindo-se que os votos do Partido Comunista são necessários para a vitória do Marechal Teixeira Lott, bem como um representante do PTB, que saudará Prestes na concentração gigante preparada pelos comunistas, portanto os católicos cearenses não deverão votar no candidato da coligação PSD-PTB, o Marechal Lott*).

No plano dos recursos interpessoais, esse argumento transitivo é acionado por um julgamento de sanção social. Isso porque se trata de um julgamento que se refere a determinado comportamento passível de condenação/recriminação, advindo de avaliações codificadas por meio de regulamentação própria à Igreja Católica, a qual possui poder simbólico e coercivo fortemente marcado. Observamos uma função pragmática diretiva (*os católicos cearenses não devem votar*) que, aliada ao emprego da modalidade deontica e categórica, institui contornos autoritários ao texto em questão e universaliza a perspectiva do discurso religioso católico, estabelecendo determinado consenso hegemônico. Essa perspectiva vem reiterada variadas vezes ao longo de todo o período eleitoral, estabelecendo, estrategicamente, uma figura de presença.

A reiteração da divulgação de julgamentos de sanção social relacionados a avaliações constituídas mediante regulamentação estabelecida por dirigentes da Igreja Católica, sempre relacionados a julgamentos negativos acerca do comunismo e seus seguidores, reflete, na realidade, a presença de uma ideologia conservadora em uníssono, sobre a forma de um consenso hegemônico, proeminente na mídia impressa paulista da Segunda Republica Brasileira. Os matizes ideológicos que viriam a legitimar o golpe militar, portanto, já haviam sido amplamente propalados pela mídia impressa paulista ao longo de toda a Segunda Republica brasileira, a qual viria a ser encerrada, com a anuência da grande mídia impressa, precocemente, pelo golpe de estado de 31 de março de 1964.

No que concerne ao noticiário pós-redemocratização (1985 em diante) podemos afirmar que, quando comparados com o material correspondente aos demais períodos da República, alterações significativas podem ser percebidas. Conforme destaca Van Dijk (2008: 23), no noticiário contemporâneo o controle passa a ser exercido não mais por discursos que possuem funções pragmáticas diretivas, mas mediante diversas estratégias camufladas. Observe o exemplo (8), retirado do Folha de S. Paulo durante o período eleitoral para as eleições de 2010:

(7) ESPERANÇA DE ÁGUA SE TORNA O MAIOR CABO ELEITORAL DO SERTÃO

Projeto de transposição do São Francisco mobiliza eleitores mais até que o Bolsa Família; “vou votar na candidata do Lula, é a Dilma né?”, diz moradora de Brejo Santo, a 530 km de Fortaleza

BERNARDO MELLO FRANCO

ENVIADO ESPECIAL AO NORDESTE

Aos 36 anos, a cearense Aparecida Martins se orgulha em exibir a televisão com antena parabólica, comprada ano passado, mas não sabe o que é ter banheiro ou girar uma torneira em casa. Todas as manhãs, ela caminha até o leito seco de um rio. /.../Vive na zona rural de Brejo Santo, a 530 km de Fortaleza. Há duas semanas, recebeu uma “moça da cidade”, que foi “ensinar a votar”. Analfabeta, não decorou os números dos candidatos, mas colou na porta um cartaz com a foto do presidente Lula ao lado de Dilma Rousseff e de quatro políticos cearenses que disse não conhecer. “Botei só por causa do Lula”, contou. “Vou votar na candidata dele, essa mulher aqui. É a Dilma, né?” Aparecida vive na rota da transposição do rio São Francisco. É a maior obra da gestão petista no Nordeste: promete levar água a 12 milhões de sertanejos em

quatro Estados (Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte), ao custo de R\$ 4,6 bilhões.

ESPERANÇA

O projeto só deve funcionar a pleno vapor em 2013, mas criou uma onda de otimismo nas áreas mais castigadas pela seca e se transformou num poderoso cabo eleitoral de Dilma na região. "Nossa esperança primeiramente é Deus. Depois é essa obra do Lula", disse a paraibana Francisca de Fátima Ramos, 47. /.../ Como a maioria dos conterrâneos ouvidos pela Folha na semana passada, Francisca definiu o voto sem saber muito sobre a candidata à Presidência. "Aqui todo mundo é Dilma. A gente não tem conhecimento de ela ter feito alguma coisa, mas o Lula fez muito", justificou. Faxineira num posto de saúde da cidade, ela repetiu outra ideia comum na região: o medo de que a transposição fique no papel em caso de derrota da petista: "Se o José Serra ganhar ele vai parar tudo, não vai?"/.../

A maré lulista isola os críticos do projeto, liderados pelo MST e pela Comissão Pastoral da Terra. Eles alegam que a transposição vai beneficiar os latifundiários e que não há garantia de que a água chegará aos mais pobres, o que é contestado pelo governo. Exibidas no programa de Dilma, as imagens da obra se multiplicam no horário eleitoral de aliados pelo Nordeste. Poucos políticos ousam atacá-la, como o vereador cabroboense e líder indígena Neginho Truká. "Sou do PT, mas discordo radicalmente da obra", afirma. "A propaganda diz que vai ter uma torneira em cada casa, e a gente sabe que isso não vai acontecer nunca." (FSP, 22/09/2010).

Cumpre observar que os recursos avaliativos, bem como todo o processo persuasivo de forma geral, emergem de modo bastante camuflado, em contraposição aos textos anteriores. Primeiramente, ganha destaque uma descrição pormenorizada dos aspectos geográficos da região habitada por uma das entrevistadas, de suas condições de vida e de traços de sua mentalidade política. Tal estratégia, aliás, permeia toda a matéria em questão e constitui-se, por si só, em um meio de prova, mediante a apresentação, nos termos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (*op. cit.*), de um conjunto de opiniões atinentes à estrutura do real criada pelo orador. Vale destacar, a esse propósito, que ao estabelecerem o conceito de argumentação calcado na estrutura do real, os autores asseguram que este não se refere, propriamente, a uma "descrição objetiva do real", "mas da maneira pela qual se apresentam as opiniões a ele concernentes" (298). Assim, "no discurso encarado como realidade, o significado atribuído à ligação argumentativa (...) variará conforme o que dela diz o orador e também conforme as opiniões do ouvinte a esse respeito" (299).

No caso específico do texto em análise, a repetição dos aspectos característicos do cotidiano das entrevistadas vai tecendo, estrategicamente, uma ilusão de objetividade, o que vem reforçado por outros mecanismos. A ausência de julgamentos, por parte do enunciador, aliados à estratégia de pinçar fragmentos da fala das entrevistadas e colocá-los em um determinado contexto mais amplo, permitem que as avaliações sejam negociadas intersubjetivamente. Na realidade, a descrição essencialmente “factual” tem o potencial de posicionar o leitor para uma avaliação negativa da estratégia eleitoral da campanha de Dilma Roussef, sobretudo no que concerne às questões de caráter ético e, mais especificamente, às condições de sinceridade dessa estratégia.

Notemos que todos os fragmentos referentes às justificativas, dadas pelos eleitores, a propósito do voto em Dilma Roussef, apresentam o marcador conversacional *né?*, *não é?*, o que, além de colocar o trecho como um retrato fiel da fala desses locutores, funciona como uma pergunta retórica à mercê de uma confirmação, sinalizando que a participação de outro interlocutor é explicitamente solicitada. Assim, tomam ares de opiniões construídas a partir de outros discursos que, por si só, necessitam da aprovação discursiva ou confirmação de outras fontes consideradas, por esses locutores, como confiáveis (*Vou votar na candidata dele, essa mulher aqui. É a Dilma, né?*; *Se o José Serra ganhar ele vai parar tudo, não vai?*, dentre outras). Na realidade, a reprodução da fala dos entrevistados, seja mediante o emprego do discurso indireto, seja mediante o emprego do discurso indireto (*Há duas semanas, recebeu uma "moça da cidade", que foi "ensinar a votar"*), corrobora na construção da imagem dos entrevistados como pessoas extremamente simples, sujeitas às mais variadas formas de manipulação e, por conseguinte, de uma campanha disposta a explorar os dividendos da simplicidade e das condições adversas vividas por esses eleitores.

Há, portanto, ainda que de modo bastante velado, uma tensão, um distanciamento entre o posicionamento assumido pelo autor do texto e o discurso citado, sinalizando um “engajamento por oposição” em relação a tais enunciados. Notemos que esse “controle do contexto”, nos termos de Van Dijk (2008), aponta para a apresentação de uma seleção negativa dos conhecimentos e opiniões dos eleitores e da estratégia eleitoral da campanha de Dilma. Controlando os tópicos, “aquilo que poderá ou não ser dito”, operando seleções no nível lexical e, por fim, mediante as operações de controle no nível de especificidade e grau de completude do texto, com determinadas seqüências de eventos muito detalhados e claramente focalizados, o jornal vai estabelecendo uma forma extremamente eficaz e velada de controle ideológico.

4 Considerações finais

Utilizando um material para análise que se procurou apresentar como representativo, ainda que de maneira muito breve, de períodos distintos da história da República Brasileira, foi possível constatar, com a análise dos dados, no que se refere aos pontos de contato entre a análise crítica e a Retórica, que os mecanismos linguísticos acionados para o estabelecimento das relações interpessoais apresentados por Martin e White (*op. cit.*) assumem, em grande parte, o papel de ancorar o desenvolvimento das estratégias argumentativas, em especial os argumentos baseados na estrutura do real, como o argumento pragmático e, sobretudo, o argumento de autoridade. Essa constatação ratifica a ênfase dada por Fairclough (1997) ao discurso citado no noticiário, com suas formas peculiares de instaurar determinados tipos de controle ideológico e consensos hegemônicos.

Aliás, a pesquisa permite ainda antever, mediante a análise dos recursos interpessoais empregados e das respectivas formas da persuasão, as maneiras pelas quais se articulam determinadas ideologias preponderantes na grande mídia impressa paulista, bem como o fato de que, independentemente de qual seja o candidato apoiado por cada um dos jornais, há uma tendência à unidade, verificada pelo estabelecimento de determinados consensos hegemônicos correspondentes a cada período da história da República Brasileira.

Mediante a breve comparação entre textos publicados no final do século XIX, ao longo do século XX e início do século XXI, fica ainda patente tanto que o discurso citado e, por conseguinte, o argumento de autoridade permeiam o gênero notícia quanto que, nem de longe, pode-se atribuir como característica do noticiário contemporâneo sobre as eleições um “relato objetivo dos acontecimentos recentes”. Na realidade, a ilusão da objetividade é construída mediante diversas estratégias camufladas de persuasão e controle, as quais puderam ser verificadas com a breve análise dos recursos interpessoais e dos tipos de argumentos empregados. Se em alguns textos do final do século XIX e da primeira metade do século XX constatamos toda sorte de argumentos, aliados a uma série de avaliações e outros recursos interpessoais, a análise do texto do século XXI ratifica a posição de Van Dijk (2008) de acordo com a qual, nas sociedades modernas, o poder exercido pelos jornais inclui maneiras mais sutis de influenciar, o que é obtido por meio do controle da quantidade e do tipo de informação. Administram, assim, a determinação da agenda da discussão pública, a relevância dos tópicos e, sobretudo, de qual maneira cada candidato deve ganhar espaço.

Referências

- BAHIA, Juarez. 1990. *Jornal, história e técnica*. 4.ed. São Paulo: Ática.
- BOURDIEU, Pierre. 1996. *Economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: EDUSP.
- CHARAUDEAU, Patrick. 2006. *O discurso das mídias*. São Paulo: Contexto.
- FAIRCLOUGH, Norman. 1997. *Critical Discourse Analysis: papers in the critical study of language*. London and New York: Longman.
- FAIRCLOUGH, Norman. 2001. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- FAIRCLOUGH, Norman. 2007. *Analysing Discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge.
- FOLHA DE S. PAULO. 1985. *Projeto Editorial 1985-1986*. Novos rumos: Depois da redemocratização. São Paulo: Folha de S. Paulo.
- HABERMAS, Jürgen. 1984. *Theory of Communicative Action*. v. 1. London: Heinemann.
- HALLIDAY, Michael. 2001. *Introduction to functional grammar*. London: Hodder Arnold.
- MARTIN, James; WHITE, Peter. 2005. *The language of evaluation: appraisal in English*. New York/Hampshire: Palgrave Macmillan.
- PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. 1996. *O tratado da argumentação: a nova retórica*. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes.
- RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane. 2006. *Análise de discurso crítica*. São Paulo: Contexto.
- SODRÉ, Nelson. 1999. *História da imprensa no Brasil*. 4. Ed. Rio de Janeiro: Mauad.
- VAN DIJK, Teun. 1994. Discurso, poder y cognición social. *Cuadernos*, 2. Maestría en Lingüística. Escuela de Ciencia del Lenguaje y Literaturas. Texto retirado da internet (em 6 de junho de 2007).
- VAN DIJK, Teun. 2008. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto.
- WHITE, Peter. 2004. Valoração: a linguagem da avaliação e da perspectiva. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, 4, n. especial. 178-205.
- WODAK, Ruth. 2004. Do que trata a ACD: um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. *Linguagem em (Dis)curso*, 4, n. especial. 223-243.

Recebido em: 15/05/2012
Aceito em: 04/02/2013